

Diário Açores

10-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Regional

Tiragem: 3630

Temática: Energia

Dimensão: 265 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 11

Arguidos podem ver processo Galpgate arquivado se pagarem multa

Os arguidos do caso Galpgate poderão resolver o processo com o pagamento de multas, evitando assim ir a julgamento, propôs o juiz da fase de instrução.

De acordo com o Correio da Manhã, que deu ontem a notícia, as empresas Galp Energia SGPS e Galp Energia SA serão as mais penalizadas, tendo de pagar 50 mil euros para evitar julgamento.

Já os outros arguidos — entre os quais se incluem os ex-secretários de Estado Fernando Rocha Andrade e Jorge Oliveira — terão de pagar multas entre os 600 e os 10 mil euros.

No total, o Estado poderá arrecadar um valor acima dos 125 mil euros em multas de todos os arguidos do caso Galpgate.

Vários políticos, incluindo Vítor Escária, ex-assessor de António Costa, e Carlos Costa Pina (ex-Secretário de Estado do Tesouro de José Sócrates) estão acusados do crime de recebimento indevido de vantagem por terem aceite viagens a convite da Galp para ir a França ver jogos do Euro 2016.

Também o ex-Secretário de Estado João Vasconcelos estava entre os acusados, mas a acusação contra ele foi arquivada na sequência da sua morte, em Março do ano passado.



Segundo o Correio da Manhã, o Ministério Público já tinha proposto que o processo fosse suspenso se os arguidos pagassem uma multa, mas na altura o juiz que presidiu ao inquérito não aceitou.

Agora, durante a fase de instrução, o juiz apresentou esta proposta argumentando que os crimes em causa são punidos com penas inferiores a

cinco anos de cadeia, que os arguidos não têm antecedentes criminais e que existe a expectativa de que todos tenham capacidade para pagar a multa dentro do prazo.

O caso levou à demissão dos secretários de Estado em causa e à criação de um código de conduta no Governo relativo à aceitação de presentes por parte dos responsáveis políticos.